

**18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA  
26 A 29 DE JULHO DE 2017, BRASÍLIA (DF)**

**GRUPO DE TRABALHO: GT 20 - Religião, conflitos e  
questão de secularização**

**TÍTULO DO TRABALHO:**

**Perseguições às religiões de matriz africanas no Brasil:  
as marchas organizadas do movimento social**

**NOME COMPLETO E INSTITUIÇÃO DO(S) AUTOR(ES)**

Joselina da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Adriano Ferreira de Paulo (Universidade Federal do Ceará)

Cristiane Sousa da Silva (Universidade Federal do Ceará)

Nicácia Lina do Carmo (Universidade Federal do Ceará)

## **Perseguições às religiões de matriz africanas no Brasil: as marchas organizadas do movimento social**

Joselina da Silva<sup>1</sup>  
Adriano Ferreira de Paulo<sup>2</sup>  
Cristiane Sousa da Silva<sup>3</sup>  
Nicácia Lina do Carmo<sup>4</sup>

“Verifica-se no Brasil, nas últimas duas décadas, uma acirramento dos casos de intolerância, antes apenas episódios e sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da espera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública, conforme atestam as frequentes notícias dos jornais que os registram em inúmeros pontos do Brasil”

(Vagner Gonçalves da Silva)

As perseguições às tradicionais religiões de matriz africanas e aos seus adeptos, em todas as regiões do Brasil são noticiadas na mídia impressa e digital. Na epígrafe, Silva (2007) já apontava a visível presença de tais práticas. Automaticamente os ataques ocorrem em diversos âmbitos, sendo o midiático, o que obtém maior audiência, por seu alcance. Rádio, televisão, jornal e internet podem ser acessados a qualquer momento provocando uma contínua rede de depreciações. Tais atitudes repressivas fizeram com que líderes religiosos de matriz africana se organizassem, em favor de seus direitos.

. Surge então, o Dia Nacional de Denúncia contra a Intolerância Religiosa (21 de janeiro)<sup>5</sup> e as marchas, em vias públicas de diversas cidades do país. Uma das mais referentes - com cobertura dos meios de comunicação - é intitulada “Liberdade Religiosa, eu tenho fé”, na praia de Copacabana, no Rio

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, professora associada( UFRRJ),da Licenciatura em Educação do Campo , do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc - UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC)

<sup>2</sup> Mestre em Educação Brasileira e discente do Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará(UFC).

<sup>3</sup> Mestra em Educação Brasileira e discente do Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará(UFC).

<sup>4</sup> Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e discente do Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>5</sup> Em 21 de janeiro de 2000 faleceu a lalorixá baiana, Gildália dos Santos, em virtude de complicações de saúde causadas após ver sua imagem estampada na primeira página da Folha Universal, um dos veículos de divulgação da Igreja Universal. Junto à foto havia uma reportagem com o seguinte título: “Macumbeiros e charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. Posteriormente, Seu terreiro foi invadido duas vezes por evangélicos. Estes fatos precipitaram sua morte, em 21 de janeiro de 2000 (Fonte: Ascom/deputado federal Daniel Almeida. Acesso em: 24 de maio de 2017).

de Janeiro, desde 2008. A primeira congregou dez mil pessoas, a partir do chamado da rede de adeptos, de várias religiões, desde candomblecistas, umbandistas, judeus, mulçumanos, evangélicos, que integram a Comissão de Combate à Intolerância religiosa, do Rio de Janeiro.

As marchas seguem acontecendo, em muitas cidades do país, inclusive, na Capital Federal. A reação, dos afro brasileiros, no Estado do Rio de Janeiro, propiciou que decidimos nos debruçar nas páginas diárias de um dos jornais mais populares da cidade - o Jornal Extra - e de alguns sites noticiosos para analisar as reportagens sobre ocorrências contra os religiosos de matriz africana que ganharam notoriedade midiática.

Desejamos saber se a partir das marchas – em 2016 foi celebrada a nona marcha, na Cidade do Rio de Janeiro - houve maior visibilização dos casos de discriminação religiosa. Então, o objetivo aqui é utilizar as informações retratadas na mídia, para entender o estado da arte da intolerância. Esta é uma pesquisa no âmbito do Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais N'BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais), certificado pelo CNPQ.

### **Racismo, intolerância e perseguições religiosas: algumas breves reflexões**

No Brasil, onde quase metade dos cerca de 190 milhões de habitantes são negros ou mestiços, as igrejas evangélicas proliferam nos meios pobres e "diabolizam os cultos de origem africana para recrutar fiéis"<sup>6</sup>. (MANIFESTAÇÃO..., 2011).

Pensar a respeito da intolerância religiosa contra as religiões de matriz africanas, em solo brasileiro, nos conduz a refletir sobre raça e racismo na sociedade brasileira, uma vez que estas estão diretamente relacionadas à uma herança negra africana, independente da raça de seus praticantes. Assim, este

---

<sup>6</sup> Declarações do antropólogo José Flávio Pessoa de Barros, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, durante a Marcha pela Liberdade religiosa, no Rio de Janeiro, em setembro de 2011.

é um debate que passa necessariamente pelas reflexões sobre preconceito e discriminação racial, construtos, desta sociedade, dita racialmente democrática

Portanto, ao abordarmos as perseguições sofridas pelas religiões de matriz africanas, no Brasil, somos conduzidos a analisar as múltiplas formas de perseguição, uma vez que a umbanda e o candomblé são os alvos preferenciais dos detratores cristãos. Diariamente, os meios de comunicação – para ficarmos apenas no âmbito midiático- trazem imagens, análises, notícias e comentários que descreditam e desqualificam as manifestações religiosas oriundas das tradições nascidas no continente africano.

Como entender que embora inúmeras outras tradições religiosas não cristãs sejam professadas no país, as religiões de matriz africanas seguem sendo alvo preferencial das intolerâncias? Diversas podem ser as respostas, mas uma nos parece fulcral: Os racimos e dente estes, o racismo religioso.

A Intolerância é um atraso. Não existe sociedade desenvolvida quando se exclui seus próprios membros. A comunidade judaica se sente agredida quando agredem qualquer religioso - afirmou Sérgio Niskier, Presidente da Federação Israrelita do Estado do Rio de Janeiro. (JORNAL EXTRA, 2008).

Segundo Bobbio (2004), o conceito de tolerância possui diversos usos e significados e não apenas aquele historicamente consagrado, quanto aos temas relativos às religiões e às políticas. Portanto, a hodierna ampliação do conceito, permite seu uso relacionado às questões étnicas, bem como às linguísticas e raciais. Incluem também grupos historicamente discriminados, como os homossexuais ao lado dos possuidores de deficiências físicas e mentais. Há, segundo ele, dois planos distintos para se analisar o tema: a intolerância aplica-se de forma diversa, no que se refere às crenças, sejam elas religiosas ou políticas. E se apresentam diferentemente no trato com aqueles socialmente vulnerabilizados, por razões físicas ou sociais. Este segundo tipo é promovido por preconceito e discriminação.

Para Bobbio (2004), ocorre a intolerância referente à religiosidade de um grupo, vista como verdade absoluta. Ao passo que a segunda reúne uma série de argumentos - por muitas vezes sem base crítica ou analítica - alimentados em tradições, costumes ou por dar curso a ditames oriundos de uma liderança.

Embora admita que ambos os tipos podem gerar preconceito e discriminação, o contra ataque a ambos, deve ter metodologias diferenciadas.

Ou seja, os seguidores de uma religião persuadidos de serem os representantes absolutos da verdade, são diferentes dos intolerantes por questões de raça, gênero, orientação sexual, entre outros. O autor, aduz então, que no caso da religião está em se contrapor duas verdades opostas. Uma vez que perseguidores e perseguidos acreditam em seus dogmas religiosos. Logo, não se trata de buscar mudar um lado ou outro, nas suas convicções sobre a sacralidade de suas crenças. Em outra direção, quando nos voltamos aos aspectos extensivos da intolerância – contra negros, mulheres, lésbicas, gays, transexuais, deficientes físicos ou mentais – não se aplicaria a categoria intolerância e sim discriminação o que opera através de inúmeros formatos.

Um outro argumento erguido pelo autor, em relação às atitudes de tolerância está o que ele denomina “respeito à pessoa alheia” (BOBBIO, 2004, p. 87). Longe de ser uma atitude em que a “verdade do que crê” seja abandonada, mas sim, numa atenção a um princípio de moralidade e em seu ápice de manifestação. Ou seja, o consideração à outra pessoa. Logo, baseia-se num princípio liberal de democracia onde a liberdade do outro deverá ser respeitada. Lembra o autor que tolerância, quando positivamente aplicada refere-se à liberdade e paz. Tendo nestes, seu princípio fundante.

No que se refere às perseguições contra as religiões de matriz africanas, podemos ver a reunião de dois tipos apontados por Bobbio. Ou seja, há a crença absoluta num Deus único e verdadeiro – aquele do Cristianismo - assomada ao racismo e à discriminação racial, por se tratar – no caso dos perseguidos – de uma religião oriunda do continente africano e como tal ameaçadora da ideia de universalização do ideário de mestiçagem nacional.

Silva (2007), por sua vez, apresenta que os ataques das igrejas neopentecostais, durante os cultos às religiões de matriz africanas dão-se em cinco âmbitos diferentes: o primeiro deles durante os cultos cristãos, sejam eles no interior das igrejas, nas vias públicas, nos transportes públicos, no momento das pregações ou em suas transmissões midiáticas. Num segundo tipo, de acordo com as pesquisas do autor, são fisicamente manifestas contra os seguidores das religiões afro-brasileiras, seja em seus locais sagrados (os terreiros) ou contra indivíduos, identificados como tal.

Nesta sequência, o terceiro modo de ataque, lembra Silva (2007) tem lugar em ambientes públicos durante as manifestações religiosas de matriz

africana ou contra símbolos públicos que os representem (estátuas, por exemplo). Nesta direção, há também, ataques e retaliação às manifestações culturais que possam ser relacionadas à herança cultural africana, tal como o samba, a capoeira e quaisquer musicalidades em que haja tambor, como base. (SILVA, 2007). A quinta e última metodologia ofensiva – segundo o autor – é proveniente de representantes parlamentares (nas três esferas: municipal estadual e federal) associados a grupos evangélicos, que utilizam a tribuna para insuflar o ódio religioso.

Não incluso, na reflexão de Silva (2007) temos um evento reiteradamente informado por familiares, alunos, professores e textos acadêmicos. A promulgação da lei 10639/03, que trata da obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira, no ensino médio, acabou por promover a ampliação de diferentes tipos de perseguição religiosa, no âmbito educacional, onde a mera reflexão sobre religião de matriz africana – mesmo com o intuito acadêmico de estudo e incremento de cultura geral – tem provocado reações intolerantes e de racismo religioso que vão desde funcionários e chegando a autoridades educacionais, em diferentes esferas de poder e representação.

As análises de Silva (2007) dialogam diretamente com as de Mariano (2013) quando chama a atenção para o poder dos evangélicos em sua rede de demonização contra as religiões de matriz africana. Várias redes de TV, e rádio próprias, além de horários alugados durante vinte e quatro horas. A esse respeito, se pronunciava Mãe Nina Souza do estado do Amapá, durante uma entrevista ao programa de televisão, onde anunciava, em 19 de janeiro de 2016 sobre o evento intitulado Caravana do Axé, programado para aquele dia. A *lalorixá* denunciava que no ambiente digital é onde se encontram grande parte das variadas manifestações de intolerância religiosa. (CARAVANA, 2016).

Temos então, todo um *network* que se complementa com parlamentares e batalhões de advogados. Falamos, portanto, de uma estrutura de poder representada por uma coordenação demográfica, midiática, política e jurídica (constituída por advogados e legisladores). À esta assimetria, lembra o autor Mariano (2013) assoma-se o reconhecimento social em relação aos adeptos das religiões afro brasileiras, apresentados, há décadas, como praticantes de religiões a serem discriminadas: as representantes do mal.

## Intolerâncias no plural: alguns casos no jornal e na internet

O Jornal Extra, de janeiro de 2009, provocou um experimento onde levou para as Ruas do Centro do Rio e para um Shopping da Zona Norte, da cidade, um grupo de seis mulheres vestidas de branco, mas não com roupas específicas do culto religioso. Embora, com colares e panos brancos na cabeça. Foram verbalmente agredidas, em diversos momentos do percurso.

O informativo está repleto de notícias de pessoas - do culto aos deuses das religiões de matriz africanas - que são hostilizadas veemente, nos transportes públicos, da cidade. Há também retratado nos jornais, uma reivindicação de alguns dos seguidores do candomblé, denunciando que não possuem autorização para acompanhar seus enfermos nos hospitais, o que é permitido às religiões cristãs, sejam católicas ou protestantes.

Se os cristãos podem orar, por seus enfermos? Por que nós não podemos levar nosso ebós ( preparados com cereais) para promover a limpeza do corpo e restabelecer o equilíbrio espiritual para ajudar na saúde de seus filhos?(JORNAL EXTRA, 2009a).

Há notícias de casos em que pessoas são perseguidas, no momento em que estão fazendo suas oferendas, em ambiente público. O Jornal também aponta episódios de racismo religioso, por parte de professores. Um dos que mais chama atenção, foi de um aluno do sexto ano – de 13 anos - da FAETEC, de Quintino (RJ), quando mostrou seus colares religiosos, escondidos, sob o uniforme. O adolescente foi chamado de *filho do demônio*, pela professora. (JORNAL EXTRA, 2009, p. 3). A escola, segundo, o periódico mudou o aluno de turma. Nenhuma atitude foi tomada contra a professora, pois os demais discentes não corroboraram o ocorrido, em consonância com o documento.

Temos denúncias de traficantes ordenando fechamento de terreiros e de milicianos cobrando para que as casas funcionem. A umbanda ensina a viver com amor e piedade. Não revidamos à violência, mas não podemos ficar calados<sup>7</sup>. (JORNAL EXTRA, 2008, p. 5).

No âmbito escolar, o periódico relata a respeito de formações, por parte das escolas católicas, que ensinam às crianças, mesmo sendo

---

<sup>7</sup> Fala de Mãe Fátima Damos. Presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil, durante a Primeira Caminhada em defesa da Liberdade Religiosa, em 20 de setembro de 2008.

candomblecistas, que as religiões afro, são coisas do diabo (JORNAL EXTRA, 2009, p. 3). Há medo entre os jovens praticantes em se declararem publicamente, sobretudo, na escola.

Há um caso de pessoas que tiveram suas oferendas destruídas por membros de uma igreja evangélica próximas, logo após deixadas no cruzamento de uma estrada. Outra queixa dos adeptos é o fato de que os crimes - quando registrados, na delegacia - não serem encaminhados à justiça. Logo, registra-se um alto índice de impunidade.

São noticiados acontecimentos entre vizinhos e de pessoas que no trabalho escondem o seu pertencimento religioso. Há aquelas que são impedidas de visitar familiares, acusadas de serem emissárias do demônio. Uma mãe que não foi ao casamento de seus cinco filhos, que não consegue visitar os netos, que não recebe afeto em datas festivas por seguir as religiões de matiz africanas, numa família inteira convertida ao cristianismo.

A rede *web* traz um vasto elenco de denúncias de casos de perseguições religiosas, como revelado por um dos líderes religiosos durante a oitava marcha e, Porto Alegre, em 2016, no dia 21 de janeiro.

Baba Diba lembrou os ataques incendiários em terreiros do entorno do Distrito Federal. Foram pelo menos três no ano passado. “Quanto mais avançamos em política pública, em discussões que tentam aproximar as tradições, o racismo muda de status e passa de velado à revelado. Aqui ainda não incendiaram terreiros, mas no país já. Por isso, precisamos estar nas ruas e fazer desse dia o dia nacional de combate à intolerância religiosa.” (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Na sequência desta escritura, discorreremos analisando o quadro a seguir, onde demonstramos cinco exemplos de Marchas contra a intolerância religiosa em diversas localidades pelo Brasil.

Quadro 1- Algumas Marchas contra Intolerância Religiosa no Brasil

Título da Marcha	Ano	Cidade/Estado	Número de participantes	Fonte
12ª Caminhada pelo fim da violência, da intolerância religiosa e pela paz	Novembro 2016	Salvador/Bahia	2 mil pessoas	<a href="http://www.correio24horas.com.br">http://www.correio24horas.com.br</a>
				<a href="http://g1.globo.com/bahia">http://g1.globo.com/bahia</a>



VIII Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa	Janeiro 2016	Porto Alegre/ Rio Grande do Sul	Não relatou	<a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br">http://agenciabrasil.ebc.com.br</a>
Marcha contra a Intolerância Religiosa	Janeiro 2016	São Paulo/ São Paulo	Não Relatou	<a href="http://almapreta.com">http://almapreta.com</a>
Caminhada de combate à intolerância religiosa	Janeiro 2012	Juazeiro do Norte/ Ceará	Mais de mil pessoas	<a href="http://diariodonordeste.verdesmares.com.br">http://diariodonordeste.verdesmares.com.br</a>
1ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa	Agosto 2015	Baixada Fluminense/ Rio de Janeiro	200	<a href="http://www.vozdosmunicipios.com.br">http://www.vozdosmunicipios.com.br</a>

Fonte: Elaboração própria.

Pelo exposto, a 12ª Caminhada pelo fim da violência, da intolerância religiosa e pela paz, homenageou os educadores, desde os professores de escolas a lalorixás do candomblé. Aqui fica registrado o papel do educador, que vai além do espaço formal e dos muros da escola, compreendendo que existem outros ambientes com potencial educativo, como por exemplo, os terreiros de candomblé. Exemplificando, temos a notícia retirada do site Correio 24 horas de Salvador, onde podemos ler que “Sem o educador não há futuro. Seja um professor formal ou uma mãe de santo, é ele quem transmite para as crianças os valores e os costumes”, afirmou Evandro Santa Rita, ogã do Terreiro do Cobre e organizador da caminhada (LYRIO, 2016).

Nesta caminhada, o principal objetivo foi repudiar o desrespeito à liberdade de culto, pois muitos são os relatos de intolerância e preconceito que muitos adeptos sofrem cotidianamente. Como relatou ao noticiário João Alcântara, do Terreiro do Cumbe, “Uma vez pedi um táxi pelo telefone, o táxi chegou, mas não parou. Passou direto. Liguei para a empresa e a telefonista disse que o taxista não pegava ‘gente de terreiro’” (LYRIO, 2016).

Já a VIII Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa, aconteceu em Porto Alegre, e de acordo com Baba Diba “[A marcha] surgiu como ato político para dar visibilidade à intolerância religiosa e também à luta pela reivindicação de direitos, direitos sociais, pela garantia do Estado laico e também para tentar diálogo com as outras religiões”. Compreender a importância da visibilidade,

mas ressaltar que o combate à intolerância por parte de movimentos como esses. As caminhadas possibilitam também uma maior sensibilização por parte da população em relação aos povos de terreiros que são as principais vítimas dessa violência religiosa.

Olhar o movimento de intolerância religiosa por um viés político, nos faz refletir criticamente acerca da religiosidade, como relatou nesta notícia o analista de sistemas Alexandre Hahn, que também enfrenta preconceitos por conta da religião Wicca, como pode ser visto em sua fala, onde ele afirma que

Não é todo lugar e momento que posso dizer que sou bruxo. Quando digo, a primeira pergunta que vem à cabeça é se faço magia negra. Magia não tem cor. Se vou numa entrevista de emprego, pentagrama é sempre dentro da camiseta. Não posso mostrar. Rosário, uso aqui hoje, mas não posso usar em todo lugar

A Marcha contra a Intolerância Religiosa que aconteceu em São Paulo em 2016, de acordo com o site Alma Preta, criticou o racismo religioso que incide principalmente aos povos de terreiros e que, segundo o organizador do evento Roger, as violências praticadas contra as religiões de matriz africana são históricas no país. Deste modo, ele nos faz refletir que esta violência religiosa se desdobra principalmente sobre as religiões de matriz africana, onde o racismo subsidia o preconceito e a intolerância.

No caso da caminhada de combate à intolerância religiosa que aconteceu 2012, na cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, contou com mais de 1000 pessoas e objetivou sensibilizar a população para a existência de outras formas de viver a fé. Para a organizadora do evento, a ialorixá Maria Isabel Galdino, a caminhada “é um ato de coragem numa cidade eminentemente católica”. Nesta perspectiva, a adesão de mais casas de candomblé e umbanda à caminhada fortalece a luta contra a intolerância religiosa.

No entanto, assumir-se participante de uma religião de matriz africana ainda é muito temeroso, devido ao racismo religioso sofrido em vários espaços, como por exemplo, na escola, no trabalho entre outros. Destaque para a resistência dos cultos afro-brasileiros e que essa luta precisa passar por um processo educativo na escola e fora dela também. Visto que, há muitas “chacotas e brincadeiras” racistas que estigmatizam os praticantes de religiões

de matriz africana causando um silenciamento sobre essa questão o que pode proporcionar o desrespeito ao credo do outro.

Em 2015, o ataque à menina Kayllane, adepta do Candomblé, motivou a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa. De acordo com o site Voz do Município, na cidade de Nilópolis, aconteceu o convite à população para esta caminhada, chegando a reunir adeptos de vários credos, como por exemplo católicos, evangélicos, judeus, umbandistas, muçulmanos, candomblecistas, ciganos, wiccanos, malês, bahá'ís, hare Krishnas, budistas, espíritas, seguidores do Santo Daime, ateus e agnósticos. Além de afoxés, das escolas, ONGs, representante governamentais entre outros que participaram do evento.

Ainda de acordo com o site, a superintendente de Promoção da Igualdade Racial, Ignez Teixeira faz o alertam onde:

Todos caminharam juntos com o objetivo da busca pelo respeito, da paz e da boa convivência. A caminhada sinaliza a cultura da paz, não podemos mais permitir crianças serem apedrejadas, como a menina Kayllane, de 11 anos, que recebeu uma pedrada há dois meses por estar com vestes da religião do Candomblé, atos como esses são inadmissíveis, vivemos em um país de grande diversidade cultural e religiosa e isso tem que ser respeitado por todos(...). (MENINA..., 2015).

Infelizmente ainda acontecem casos como este relatado acima, mostrando que a liberdade religiosa é apenas para alguns, enquanto para outros, restam olhares racistas, pedradas e desrespeito. Considerar os inúmeros credos existentes no território brasileiro faz-se necessário, para que possamos pautar o respeito e a cultura de paz em detrimento à intolerância religiosa que a cada dia vem crescendo.

Desta forma, trazer à tona essa discussão nos espaços escolares e fora deles bem como as caminhadas contra a intolerância religiosa permite à população compreender a importância da boa convivência entre as mais diversas religiões e principalmente de levantar a bandeira da democracia, do respeito e da alteridade.

### **Movimento negro e as Marchas contra as perseguições religiosas**

Discutimos nos tópicos anteriores, dois aspectos presentes - com visibilidade mais do que desejada na sociedade: os racimos e a intolerância religiosa. Ambos encontram nas organizações do movimento negro e de mulheres negras uma longa história de denúncias e enfrentamentos

reiteradamente inseridos nas suas pautas. Assim, para entenderemos o advento das marchas faz-se necessário empreender um percurso – embora que breve- sobre a história recente do movimento social negro. Afinal, é este o deflagrador da visibilização das muitas ocorrências e perseguições às religiões de matriz africanas, em solo brasileiro.

Apresentamos em outro trabalho uma resenha da longa trajetória do movimento social negro brasileiro na sua performance denunciativa através da manifestação nas vias públicas. (SILVA et al., 2006). Desde os anos trinta, com o advento da Frente Negra Brasileira, com suas reuniões noturnas a céu aberto, com cerca de onze um mil pessoas, na Praça da Sé, em São Paulo. A fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) em São Paulo, em 18 de junho de 1978, ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal (CARDOSO, 2002; HANCHARD, 1994).

Os cem anos de assinatura da Lei Áurea – em 1988 – testemunharam várias marchas, em diferentes pontos do país (CONTINS, 1997). Seguramente voltadas á denúncia contra o racismo, bem como contrárias às celebrações em torno da louvação à Princesa Isabel e seu feito. As principais vias do centro da capital paulista - até a histórica Praça da Sé - receberam os ativistas liderados por uma faixa onde estava estampada a palavra: PROTESTE.

As atividades opostas à louvação ao Centenário da Abolição (1988) tiveram em seu conjunto, a marcha do Rio de Janeiro, em onze de maio. Planejada para percorrer um longo e simbólico percurso entre a Igreja da Candelária e o monumento a Zumbi dos Palmares, foi interrompida, a meio caminho, diante do Panteão do patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias, por ordem do Comando Militar do Leste (BARRETO, 2003). A mobilização era intitulada “Marcha conta à farsa da Abolição. 1888 – 1988. Nada mudou, vamos mudar”.

Marchas também foram estratégias utilizadas pelo movimento negro para marcar a passagem dos trezentos anos de morte do líder Zumbi dos Palmares, em 1995. A Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e pela vida, ocorreu na Capital Federal, no dia 20 de novembro daquele ano. Há uma memória, no âmbito do movimento negro da presença de trinta mil pessoas. O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu representantes do movimento que entregaram um

documento com diversas demandas. Nos dias 16 e 22 de novembro de 2005, ocorreram, também no DF, as Marchas Zumbi + 10, com quase duzentas organizações presentes. (SILVA et al., 2006).

Por seu turno, as marchas contra a perseguição religiosa, que adotam diferentes nomes, em pontos diversos pelo território nacional – Marcha Contra a Discriminação da Religião de Matriz Africana e Comunidades Afrodescendentes, Caminhada pelo fim da violência, da intolerância religiosa e pela paz, Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa, Marcha contra a Intolerância Religiosa, Caminhada de combate à intolerância religiosa, Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa – são ações de retaliação e denúncia realizadas pelos religiosos de matriz africana as quais vão além do espaço religioso. Ultrapassam as fronteiras dos lugares de cultos chegando às ruas. Os frequentadores levam as raízes afrodescendentes ao ambiente público.

Neste processo organizativo, tem contado com personalidades da vida pública e política, além de representantes de outras denominações religiosas. A mídia retrata a presença de representantes da comunidade Baha'i, na marcha do Rio de Janeiro, em 2011: "Este ano, cerca de 500 seguidores Baha'i, perseguidos no Irão, juntaram-se à marcha, segundo Roberto Iradj, representante desta comunidade no Brasil". (MANIFESTAÇÃO..., 2011).

A marcha de 2012, em Salvador (BA) – com cerca de três mil pessoas - contou com as ilustres presenças do então deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) - autor da lei nacional que criou o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa- e da então vereadora, pela cidade, Olívia Santana (PCdoB), autora da lei municipal. Em sua apresentação, assim se expressava o parlamentar estadual:

"O nosso objetivo foi criar uma data que pudesse ser referência nacional contra a intolerância religiosa", afirmou. "É um momento de reflexão para o cidadão e para o estado, sobre o nosso papel como defensores do direito à liberdade", destacou Daniel. (PORTAL VERMELHO, 2009).

A ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino, participou da Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa, em Porto Alegre, em 2016. Foi ressaltado por ela o fato de ser aquela, uma oportunidade de celebrar a ancestralidade africana. Em sua fala destacou: "Ainda temos de lutar muito pela tolerância religiosa. O Brasil é uma democracia, um país de

diversos e todos os credos e religiões têm de ser respeitadas e ter lugar”. (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Também líderes religiosos do interior estavam marchando na capital. É caso de Michel Borges, o Pai Maicon de Oxalá, do município de Santa Maria.

No Rio de Janeiro, a Marcha pela Liberdade religiosa, realizada, em Copacabana, a partir de 2008, teve desde os seus primórdios a participação de líderes de diversas religiões:

Cenário das tradicionais celebrações à Iemanjá, a Praia de Copacabana vai se abrir a todas as crenças amanhã, a partir das 9hs, na Caminhada em defesa da Liberdade Religiosa. Umbandistas, Candomblecistas, judeus, muçumanos, protestantes e católicos, vão se reunir em ato contra o preconceito, no Rio. Organizada pela comissão de combate à Intolerância Religiosa, a passeata é uma discriminação e violência, como o ataque ao Centro Espírita Cruz de Oxalá, no catete, em Junho. (JORNAL EXTRA, 2008).

O mesmo periódico (Jornal Extra, 2008) noticia a presença do Ministro Edson Santos, então à frente da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade racial. Fala também da participação de ciganos, entre os presentes.

A passeata da Cidade de Nilópolis, no Rio de Janeiro, foi anunciada como a primeira da Baixada Fluminense. Marcou também por, diferentemente das demais, não foi organizada por uma casa ou grupo de casas religiosas. Neste caso, a responsabilidade foi da Superintendente de Igualdade Racial de Nilópolis. A esse respeito, assim se pronunciava a então, responsável pelo setor, Inês Teixeira:

Pretendemos reunir católicos, muçumanos evangélicos, wiccanos, candomblecistas, Hare Christinas, judeus, umbandistas, kardecistas, budistas, maçons, entre outros, com o objetivo de reafirmar a convivência entre as religiões e o respeito à diversidade. É fundamental exercitar o cumprimento das leis e fazer valer a intolerância vem da ignorância. Deus não deu procuração para nenhuma religião se sobrepor às demais.

A primeira passeata, no Rio de Janeiro, em 2008 era noticiada com uma presença de dez mil fiéis. (JORNAL EXTRA, 2008). O mesmo periódico, dois anos depois referia-se à terceira Marcha (2010) com um número de 120 mil desfilantes, na orla de Copacabana. Se na passeata inaugural, o objetivo era

denunciar agressões, como a sofrida pelo templo de Umbanda Cruz de Oxalá<sup>8</sup>, a segunda (2009) avançava exigindo a criminalização dos atos de violência religiosa, já garantida por lei, segundo o Babalaô Ivanir dos Santos.

Durante a caminhada do ano seguinte (2009), assim falava a Presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil, sobre o crescimento do movimento, desde o evento anterior: “Nós conquistamos muita coisa: o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a polícia civil. Há muita gente importante do nosso lado... É sinal de que essas pessoas viram que é um trabalho sério”.<sup>9</sup> (JORNAL EXTRA, 2009a). Esta mesma preleção em virtude de novos caminhos galgados pelo movimento foi elaborada pelo Padre Fábio Luiz de Souza, representante da Comissão Diocesana pelo Ecumenismo Religioso. Neste sentido, assim se pronunciou o religioso: “Combater a intolerância religiosa é educar para as novas gerações”. (JORNAL EXTRA, 2009b). Ainda seguindo na mesma direção, assim se expressava - durante a marcha de 2009 – o Pastor da Igreja Presbiteriana de Jacarepaguá, ao referir-se aos progressos da Comissão de Intolerância Religiosa:

Hoje a OAB tem assento na Comissão: A Polícia Civil e a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro também participam. Temos representantes de Brasília, da Bahia, do Rio Grande do Sul e vários estados. A convivência entre religiões é um bem inesgotável do Estado. (JORNAL EXTRA, 2009b).

O ano de 2016 testemunhou a realização da oitava edição do evento intitulado Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa, pelas ruas da Capital Gaúcha, organizada pelo Fórum Social Temático. Na Ocasão, assim se expressava Baba Diba de Iemanjá, sacerdote africanista e presidente do Conselho do Povo de Terreiro do Rio Grande do Sul: “A marcha surgiu como ato político para dar visibilidade à intolerância religiosa e também à luta pela reivindicação de direitos, direitos sociais, pela garantia do Estado laico e também para tentar diálogo com as outras religiões”. (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

---

<sup>8</sup> Quatro integrantes da igreja evangélica Nova Geração de Jesus Cristo foram presos, acusados de invadir ontem à noite um centro de umbanda no Catete, zona sul do Rio de Janeiro, e quebrar cerca de 30 imagens religiosas, prateleiras e um ventilador (foto). O caso foi registrado na 9ª DP (Catete). Fonte: <http://www.paulopes.com.br/2008/06/evangelicos-invadem-centro-de-umbanda.html>. Acesso em: 1 de junho de 2017.

<sup>9</sup> Depoimento de Mãe Fátima Damas, Presidente da Congregação Espírita Umbandista.

A primeira Marcha Contra a Discriminação da Religião de Matriz Africana e Comunidades Afro-descendentes, do Amapá aconteceu em maio de 2011, organizada pela Federação de Cultos Afro-brasileiros do Amapá. Segundo o site pesquisado, transcorreu na véspera da caminhada, em 24 de maio, numa sessão na Assembleia Legislativa:

A Deputada Cristina solicitou à Casa que os representantes da Federação de Cultos Afro-brasileiros do Amapá, Pai Salvino, Pai Marcos, Pai Aurélio e Pai José fizessem uso da Tribuna. Na oportunidade eles falaram sobre as manifestações de preconceito que são vivenciadas por praticantes de cultos afrodescendentes. “Queremos ressaltar a importância do reconhecimento das religiões de matriz africanas para termos o direito à liberdade de culto”, ressaltou Pai Silvino. (AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 2011).

Percebemos, então que, em diferentes pontos do país, o apoio a estas manifestações vai se fazendo presente, no âmbito institucional, atraindo novos parceiros. O estado do Ceará tem hoje pelo menos três momentos emblemáticos de denúncia contra a perseguição religiosa, sendo um na capital, outro em Juazeiro do Norte e o mais recente, na cidade do Crato. Iniciada em 2010, sob a coordenação da mãe-de-santo do terreiro Ilê Axé Omindandereci Mutalegi, Maria Isabel Galdino – com Terreiro em Juazeiro do Norte - e contando com o apoio de uma das organizações do Movimento Negro Local, assim se referia a reportagem, no terceiro ano de realização:

Foram mais de mil pessoas nas ruas da cidade, o que representa uma vitória nesse terceiro ano em que os grupos decidiram sair às ruas. Para ela, é um ato de coragem numa cidade eminentemente católica. Há mais de 30 anos seguindo o candomblé, ela afirma ser feliz com a sua religião, mas que é preciso uma luta maior para o combate à intolerância ainda existente...A coordenadora avalia a participação este ano de integrantes de pelo menos 20 terreiros da cidade... muitas pessoas ainda temem até assumir a religião, por medo de serem discriminadas no local de trabalho e até nas escolas.(MOVIMENTO..., 2012).

A região do Cariri cearense (onde encontram-se as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) traz uma longa tradição cristã católica, com a figura emblemática de Padre Cicero a liderar os féis. Aliado a este fenômeno, temos também, como algo ocorrendo em todo o país, o vertiginoso crescimento das denominações evangélicas. Nesta ambiência, a intolerância religiosa encontra um caldo cultural fértil para se expandir. Ao chegarmos em Juazeiro do Norte,



para residir - em 2006, após concurso público - encontramos relatos de perseguições, por parte de indivíduos e também das autoridades representantes das forças policiais. Importante, testemunhar hoje, o crescimento das reações dos adeptos, atraindo, inclusive aliados de outras representações religiosas.

Por sua vez, em 2009, A cidade de Rio Branco (AC) testemunhou a primeira Marcha pela Paz e contra a Intolerância Religiosa. Um dos noticiosos da *web*, assim dava a conhecer ao público: *povo do axé, dia 26 de dezembro de 2009 o Pai Daniel estará organizando a Marcha pela Paz e contra a Intolerância Religiosa no Quinari, esperamos poder contar com a presença de todos e todas do axé.*

As marchas como metodologia de denúncias contra o racismo, as intolerâncias e as violências religiosas e ao mesmo tempo de reivindicação de direitos - como vimos acompanhando aqui - estiveram representadas em cidades de diversos portes. Logo, São Paulo, a maior cidade do país, não poderia ser diferente.

A Avenida Paulista, arena de tantas manifestações em prol dos direitos e cidadania foi trilhada mais uma vez em 21 de janeiro de 2017. Naquela ocasião, vestidos de branco, adeptos e apoiadores integraram a Marcha contra a intolerância religiosa. Entre 15 e 18hs daquele sábado, ocorreu a concentração num também tradicional espaço de lutas: o Vão Livre do MASP. (BORGES, 2017).

Portanto, as perseguições contra as religiões de matriz africanas abrigam-se, no entendimento de que são originais da África e, por conseguinte, tem sua gênese na cultura negra brasileira. O que justifica as discriminações é o fato de serem historicamente associadas aos antigos escravizados e atualmente – embora partilhadas por pessoas de diferentes raças e etnias- segue sua matriz nascente. Provocando assim, preconceitos e discriminações como exemplificados pelos eventos aqui relatados. Logo, nestes episódios, mais do que falar de intolerância religiosa, nos referimos ao racismo religioso.

### **Em busca de conclusões**

Analisando o panorama das marchas contra a intolerância religiosa no Brasil, tendo como referencial limite de recorte temporal a nona manifestação,

que aconteceu em 2016, na Cidade do Rio de Janeiro, percebemos que houve, a cada ano, maior visibilidade por parte dos meios midiáticos sobre estes eventos. Entretanto, esta visibilidade pode ser percebida de dois modos: primeiro, notícias de pequeno destaque, breve apuro sobre detalhes, como vimos nos noticiosos de maior estrutura, como o site G1 e o jornal Diário do Nordeste, por exemplo, deixando em segundo plano a profundidade teórica engendrada na luta destes eventos. Um segundo modo de percepção, são as notícias onde ficou perceptível um maior destaque, e profundidade em detalhes, pelos meios de comunicação alternativos, sendo muitos deles até ligados às causas dos movimentos negros brasileiros, como o site Alma Preta, e o jornal Correio 24 Horas.

Acima de observações sobre maior ou menor destaque na mídia nacional, o importante aqui é o registro destas marchas, que demonstram, sobremaneira, uma considerável materialização de resistência africana, vilipendiada, dentre tantos fatos, também devido às suas conexões com a espiritualidade. Resistência essa que muito se aproxima das ideias ancestrais de procura por soberania, autoconfiança e dignidade, buscados pelos povos africanos ao longo da história, conforme Ranger (2010, p. 82) e que hoje auxilia ainda para uma maior conscientização da população em geral sobre a necessidade de convivência social com múltiplas religiões.

As caminhadas contra o preconceito religioso implicam, além de questões religiosas, também assuntos de cunho político e de diferenciação social, num contexto que promove preconceitos e discriminações diversas. Uma possibilidade de combate, ou retenção de ideias neste sentido, é o avanço em uma educação com maior abertura ao diálogo inter-religioso, sendo que o espaço escolar deve ser um lugar aberto à pluralidade de variados aspectos da composição social de cada indivíduo, inclusive o religioso. Compreendemos, ainda, que a implantação desse diálogo proporciona o estabelecimento de estratégias sobre diversidade religiosa, multiculturalismo e a construção de uma cultura pacífica, que muito contribuiria para os fins de conscientização das diversas marchas, verdadeiras procissões negras pelo combate à intolerância religiosa.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Marcha em Porto Alegre pede o fim da intolerância religiosa**. 21 jan. 2016 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/marcha-em-porto-alegre-pede-o-fim-da-intolerancia-religiosa->>. Acesso em: 25 maio 2017.

AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB. **Marcha Contra o Racismo e a Intolerância Religiosa no Amapá**. 24 de maio de 2011. Disponível em: <<https://chicoterra.com/2011/05/24/marcha-contr-o-racismo-e-a-intolerancia-religiosa-no-amapa/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

BARRETO, Raquel de Andrade. **A “Marcha contra a Abolição” pelas lentes de Januário Garcia**. Monografia (Especialização em Fotografia) - Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: <[http://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a\\_era\\_dos\\_direitos.pdf](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_era_dos_direitos.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2017.

BORGES, Pedro. Ato protesta contra a intolerância religiosa. **Alma Preta**. 2017. Disponível em: <<http://almapreta.com/editorias/realidade/ato-protesta-intolerancia-religiosa>>. Acesso em: 25 maio 2017.

CARAVANA do Axé faz marcha contra a intolerância religiosa. **Notícia Alvorada**. 2016. Disponível em: <<http://www.noticialvorada.com/caravana-do-axe-faz-marcha-contr-a-intolerancia-religiosa/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

CARDOSO, Marcos Antonio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CONTINS, Márcia. **Visões da Abolição 1988**. Rio de Janeiro: CIEC/ ECO/UFRJ, 1997.

GIL, Gilberto. Guerra Santa. Intérprete: Gilberto Gil. In: GIL, Gilberto. **Quanta**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1997. 2 discos sonoros, faixa 12.

HANCHARD, Michael George. **Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil 1945-1988**. New Jersey: Prinception University Press, 1994.

JORNAL EXTRA. Ano XI, n. 3910, p. 5, 20 de set. 2008.

\_\_\_\_\_. Ano XI, n. 3.910, p. 5, jan. 2009a.

\_\_\_\_\_. Ano XII, n. 4275, p. 11, 20 set. 2009b.

\_\_\_\_\_. Ano XII, n. 4276, 21 set. 2009b.

LYRIO, Alexandre. Marcha contra intolerância religiosa acontece no Engenho Velho da Federação. **Correio**, Salvador, 2016.

MANIFESTAÇÃO no Rio de Janeiro contra intolerância religiosa. **Jornal de Notícias**. Rio de Janeiro, 18 set. 2011. Disponível em: <<http://www.jn.pt/brasil/interior/manifestacao-no-rio-de-janeiro-contra-intolerancia-religiosa-2003412.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MARCHA contra intolerância religiosa percorre ruas de Salvador. **G1 Bahia**, Salvador. 15 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/11/marcha-contra-intolerancia-religiosa-percorre-ruas-de-salvador.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MARIANO, Ricardo. **A demonização pentecostal dos cultos afro-brasileiros**. 2013. Disponível em: <[http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/01\\_ricardo\\_mariano.htm](http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/01_ricardo_mariano.htm)>. Acesso em: 25 maio 2017.

MENINA vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada. 2015. **G1 Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MOVIMENTO contra a intolerância religiosa. **Diário do nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/movimento-contra-a-intolerancia-religiosa-1.98960>>. Acesso em: 24 maio 2017.

PORTAL VERMELHO. **Axé e luta na marcha contra a intolerância religiosa em Salvador**. 2009. Disponível em: <[http://vermelho.org.br/eleicoes\\_2012/noticia/46811-8](http://vermelho.org.br/eleicoes_2012/noticia/46811-8)>. Acesso em: 25 maio 2017.

RANGER, T. O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.1040 p.

SILVA, Joselina da. et al. (Orgs.) **Zumbi + 10 / 2005: O perfil dos participantes**. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/58567789/Zumbi-10-O-Perfil-dos-Participantes>>. Acesso em: 17 maio 2017.

SILVA, Wagner Gonçalves. Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: Os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Intolerância religiosa**. [S.l.]: [s.n.], 2007 .